



# Universidade de Brasília

## Decanato de Assuntos Comunitários

1 ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SÉTIMA (197ª) REUNIÃO DA CÂMARA DE  
2 ASSUNTOS COMUNITÁRIOS (CAC) DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada aos  
3 nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, de forma  
4 remota - através do aplicativo *Zoom* - com a presença dos seguintes membros: Ileno  
5 Izídio da Costa (Decano - Presidente), Maria Hosana Conceição (FCE), Paolo Gessini  
6 (FGA), Fernando Bonfim Mariana (FE), Douglas Antônio R. Pinheiro (FD), Aline Ione  
7 Miranda do Nascimento de Carvalho (FUP), Fernando Fortes de Valência (IB), João  
8 José Gondim (IE), Adriana Pereira Ibaldo (IF), Cristiane Moreira da Costa (RU),  
9 Cristiano Guedes e Patrícia Pinheiro (IH), Cleriane dos Santos Borges (IG), Thiago  
10 Aparecido Trindade (IPOL), Evelyn Jeniffer de Lima Toledo (IQ), Rodrigo Rabello da  
11 Silva (FCI), Ariuska Karla Barbosa Amorim (FT), Karin Eleonora Sávio de Oliveira (FS) e  
12 Ana Mansur (IdA). Também estiveram presentes os convidados: Maria do Socorro  
13 Mendes Gomes, Camila Rafaelle Santiago Pereira e Luana Chaves (DDS), Susana  
14 Xavier (DIV), Luísa Baumgarten (DAC), Arlete Felipe dos Santos Silva (COQUEN) e  
15 Jheniffer Benedito de Oliveira Pêgo (AAIUnB). **Item 01:Informes.** O Presidente iniciou  
16 a reunião fornecendo atualização aos/às Conselheiros(as) sobre as ações do  
17 COES/Covid-19 da UnB, sobre as iniciativas feitas para a Universidade pensar num  
18 cronograma de retorno do calendário acadêmico, de forma progressiva, monitorada, por  
19 fases, com discussões e deliberações no CONSUNI. Ele também abordou os debates  
20 nas reuniões do GT 4002, a respeito das possibilidades de estudo remoto para alunos  
21 em situação de vulnerabilidade, pertencentes aos programas da Assistência Estudantil.  
22 O DEG e a STI estudam como viabilizar os instrumentais para o EAD, se com chips, se  
23 através de bolsas de estudo, aluguel de equipamentos. De toda a forma, o retorno das  
24 atividades acadêmicas se dará remotamente, e ainda sem previsão para o retorno  
25 presencial da comunidade universitária. Certas disciplinas poderão se adaptar ao  
26 ensino remoto, outras precisarão ser canceladas enquanto não houver a volta das  
27 atividades presenciais, sendo cada caso estudado individualmente. O prof Paolo (FGA)  
28 pediu a palavra para abordar a questão de intercâmbio entre países, para que  
29 estudantes não tenham dificuldades em adquirir seus históricos escolares e diplomas  
30 em outros idiomas. Atualmente, apenas são disponibilizados os documentos em inglês,  
31 e muitos estudantes não dispõem de condições financeiras para tradução juramentada  
32 e apostilamento. Na sequência, o prof Cristiano (IH) solicitou fala para informes. O



33 conselheiro relatou que a ADUnB já preparou regimento para as eleições de Reitor/a,  
34 que deverão ser realizadas em quatro dias, respeitando as normas sanitárias. O prof  
35 Cristiano também destacou que o protocolo de retorno às aulas deve ser feito com a  
36 análise do que já está sendo aplicado em outros países. Ele também abordou a  
37 vontade de obter mais informações sobre as deliberações tomadas nas reuniões entre  
38 os diretores das unidades e a reitora, e considerou o documento elaborado pelo CCAR  
39 muito complexo. Segundo o conselheiro, há todo um investimento que precisa ser feito  
40 para viabilizar estudo/trabalho remoto, e o MEC também precisa criar uma  
41 infraestrutura para o EAD. Sobre as reuniões das unidades com o GRE, o presidente  
42 esclareceu que os eventos são publicizados na plataforma do *Microsoft Teams*, e  
43 também disse que os dados constantes no CCAR foram levantados pelo DEG, e  
44 conjuntamente por DEX e DPG. Outro conselheiro a pedir fala durante os informes foi o  
45 prof João Gondim (IE), que contou a todos os presentes sobre uma base de estudos,  
46 um projeto no qual ele é vice-presidente, que se chama "Coraticum"  
47 ([www.aerospace.unb.br/coraticum](http://www.aerospace.unb.br/coraticum)). O professor se mostrou disposto a compartilhar  
48 conquistas e avanços do projeto, e teve logo o aceite do presidente, pois poderá vir a  
49 somar junto aos estudos desenvolvidos pelo COES. O último informe da reunião foi  
50 compartilhado pela convidada Susana Xavier, diretora da Diversidade (DIV/DAC). Ela  
51 convidou a todas/os para participarem do Fórum de Combate à Violência de Gênero,  
52 que ocorreria há alguns meses de forma presencial na UnB, será realizado,  
53 remotamente, nos dias 16 e 17 de julho de 2020. Mais informações sobre o acesso  
54 remoto serão fornecidas através dos canais oficiais da DIV e também através de  
55 processo eletrônico para as unidades. **Item 02: Apresentação do parecer da**  
56 **Comissão de Avaliação das Resoluções DDS/DAC (Processo SEI 23106.031698/2020-**  
57 **84)**; A conselheira Aline Ione (FUP), integrante da comissão, procedeu à leitura dos destaques  
58 dentro das minutas de resoluções da Diretoria de Desenvolvimento Social. Um deles foi o item  
59 que trata sobre o tempo de permanência de estudantes da Assistência Estudantil em cursos de  
60 graduação da UnB. Houve diversas inscrições para esse destaque, e, num primeiro momento, a  
61 diretora de Desenvolvimento Social, Maria do Socorro Gomes, pediu para que a DDS pudesse  
62 apresentar um documento em power point, com diversos gráficos e informações a respeito de  
63 estudantes da Assistência Estudantil da UnB. A assistente social Camila Santiago,  
64 coordenadora na DDS, conduziu a apresentação. Na proposta da diretoria, os/as estudantes  
65 pertencentes aos programas da Assistência Estudantil poderiam permanecer como



# Universidade de Brasília

## Decanato de Assuntos Comunitários

66 beneficiários até o limite máximo de permanência no seu curso de graduação. A diretora Maria  
67 do Socorro relatou a conselheiras/os que a questão do tempo de permanência também é objeto  
68 dos Órgãos de Controle, e que a PJU deu amparo jurídico à formulação da minuta da DDS.  
69 Houve inscrição da profª Patrícia (suplente IH), que discordou da apresentação da diretoria.  
70 Para a conselheira, a política de assistência estudantil "deságua" na política de assistência  
71 social, já que é muito difícil, para estudantes em situação de vulnerabilidade, chegar à  
72 Universidade. A docente e também assistente social, acredita que a ênfase deve ser que o/a  
73 estudante consiga se formar ao final de toda a sua jornada acadêmica. Segundo a profª  
74 Patrícia, é de conhecimento geral que "o cobertor é curto", mas a política de assistência  
75 estudantil não deveria se ater ao tempo dos cursos. Na opinião da conselheira, não se deve  
76 adaptar à limitação de recursos, mas sim lutar pela abrangência deles, para que seja possível  
77 contemplar os calouros, recém-chegados à Universidade, e também os estudantes veteranos,  
78 para que estes possam chegar à diplomação. A convidada Susana Xavier (DIV) manifestou-se  
79 de acordo com as palavras da conselheira, e salientou que este tipo de visão do tempo de  
80 permanência seria um sacrifício de estudantes veteranos, uma espécie de recorte punitivo nos  
81 programas da assistência estudantil. Ela destacou também o caso dos/as estudantes  
82 indígenas, que muitas vezes necessitam do tempo regulamentar dos cursos com dilação em  
83 mais cinquenta por cento do prazo de permanência para a diplomação. A diretora da  
84 Diversidade aproveitou a oportunidade para convidar o prof Cristiano (IH) para ser o relator na  
85 CAC da política estudantil indígena. Em seguida, o próprio professor teve a palavra, e fez  
86 questão de colocar sua visão de que estudantes, mesmo que veteranos, ainda estão em  
87 processo de formação, e, portanto, ainda não superaram suas condições materiais de origem.  
88 O conselheiro disse ser contra a dicotomia de "calouros - fracos X veteranos - fortes", e seguiu  
89 a linha da profª Patrícia, na defesa de que os recursos do PNAES sejam ampliados, de que é  
90 preciso provocar o CONSUNI, e que este faça a provocação ao Congresso Nacional. O  
91 presidente aproveitou para seguir no assunto de recursos para comunicar a todos/as que o  
92 auxílio emergencial (geral e também para estudantes indígenas) foi prorrogado para parcelas  
93 em julho e agosto. Os parlamentares aprovaram o descongelamento dos 40% (quarenta por  
94 cento) do valor total do PNAES, o que permitiu a manutenção de todos os auxílios geridos pelo  
95 Decanato de Assuntos Comunitários. A estudante Jheniffer, integrante da Associação dos  
96 Acadêmicos Indígenas (AAIUnB) pediu a palavra para relatar a dificuldade pela qual passam os  
97 indígenas, que representam o contingente de 1% (um por cento) nas cotas, com ingresso de 85  
98 estudantes por ano na UnB. Ela reiterou que garantir a ampliação dos recursos e do tempo  
99 máximo de permanência é o posicionamento também do coletivo indígena, e que a redução  
100 desse tempo seria uma espécie de exclusão desses estudantes. O presidente propôs colar em



# Universidade de Brasília

## Decanato de Assuntos Comunitários

101 votação cada resolução DDS em separado, e, após a proposição ainda houve alguns debates  
102 sobre o Artigo 26, que aborda o tempo de permanência na Assistência Estudantil. O prof  
103 Cristiano (IH) teve tempo de fala para, primeiramente, aceitar o convite para fazer a relatoria da  
104 política estudantil indígena, e na sequência, pediu vistas da resolução, com foco no artigo 26.  
105 Dessa feita, a votação foi suspensa até a próxima reunião remota, prevista para o dia 30 de  
106 junho de 2020. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e trinta minutos, o Presidente  
107 deu por encerrada a reunião, da qual eu, Luciana Pimenta M Pandino Werneck, Assistente em  
108 Administração do DAC, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será subscrita pelo  
109 Presidente.

110

111

Presidente

112

Ileno Izídio da Costa

113

(documento original assinado)

114

115

116

Luciana Pimenta M Pandino Werneck

117

Assistente em Administração do Decanato de Assuntos Comunitários